

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 914

**Súmula:** Altera a redação do *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 9 de setembro de 2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 9 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. O funcionário receberá auxílio-transporte correspondente a R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), devendo tal valor ser corrigido sempre no mesmo percentual e nas mesmas datas que forem concedidos reajustes para os funcionários deste Quadro."

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de outubro de 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA GERAL  
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL



INFORMAÇÃO N.º 5551/2014

ASSUNTO: Alteração do Valor do Auxílio Transporte do QFEB

INTERESSADO: GRHS

PROTOCOLO N.º: 13.245.681-0


As despesas com Alteração do Valor do Auxílio Transporte do QFEB, estão alicerçadas à conta da Dotação Orçamentária:

Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte	Valor Disponível 2014
4103.12368094.098	3390.4900	145 FUNDEB e/ou 100 Tesouro Estado	22.755.562,00 1

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual n.º 17886 de 20/12/2013, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei n.º 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Curitiba, 02/07/2014.

  
Marilei Moreira  
Chefe do GOS/SEED

Confere com o original  
SEUGETL em 02/07/14  
Ass. 



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP  
QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA  
ODD - DIRETA  
SEM ADJUNTAÇÃO DE CRÉDITO  
COP05K10 Pág 1  
Exercício 2014  
02/07/14 08:54:02

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
PRDZ/ATIV/OP.ESP. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ADMINISTRATIVO  
Dotação 4103.12368094.098

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00										
Matr. de Fontes	Orçamento	Orçamento	Saldo a	Total	Total	Saldo	Pago até			
Despesa	Inicial	Programado	Programar	Orçamentário	Especificado	Programado	02/07/14			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)	(6)	(7)=(6)-(5)	(8)			
IPSSOAL/ENCI										
31504300 11001	39.000.000	38.335.634		38.335.634	15.453.229,31	23.062.404,69	12.715.156,00			
31509200 11001		464.366		464.366	0,00	464.366,00	0,00			
31509400 11001	42.333.930	30.820.370		30.820.370	19.435.375,42	11.334.994,58	18.804.634,70			
31509400 11451	98.353.830	21.671.970	77.231.880	98.853.850	33.214.037,00	11.592.067,00	30.618.928,34			
31509500 11001		6.560		6.560	0,00	6.560,00	0,00			
31509100 11001	134.885.800	146.394.600		146.394.600	212.144.825,83	65.750.025,83	200.600.263,43			
31509100 11451	514.479.370	125.310.120	389.169.250	514.479.370	117.715.441,64	7.594.678,36	108.660.407,69			
31509100 11001	13.569.920	13.569.920		13.569.920	10.307.401,16	3.262.518,84	10.261.270,55			
31509100 11001	2.943.560	2.943.560		2.943.560	754.816,34	2.188.743,66	754.816,34			
31509100 11451	6.868.290	4.373.576	2.494.714	6.868.290	3.852.973,92	490.602,08	3.584.283,64			
31509200 11451	2.086.500	2.086.500	2.086.500	2.086.500	5.748,43	6,57	5.748,43			
31511300 11001	24.920.530	24.920.530		24.920.530	10.735.110,12	14.185.419,88	10.735.110,12			
31511300 11451	75.887.430	20.506.376	55.381.054	75.887.430	23.500.128,14	2.993.732,14	17.475.861,28			
IT PESS.	955.831.180	429.473.531	526.357.649	955.831.180	447.199.087,31	17.725.556,31	414.258.480,82			
IT OUT. O CORRI										
33900500 11451	33.260	10.000	23.260	33.260	4.082,98	5.917,02	4.082,98			
33900800 11451	54.710	54.710		54.710	42.823,65	11.886,35	42.823,65			
33904600 11001	1.700.000		1.700.000	1.700.000	5.780.743,81	5.780.743,81	5.780.743,81			
33904600 11451					109.798,00	109.798,00	109.798,00			
33904900 11001	500.000	190.000	310.000	500.000	18.166.163,68	17.976.163,68	18.166.163,68			
33904900 11451	7.953.630	7.953.630		7.953.630	16.374.783,77	8.421.153,77	16.374.783,77			
IT O.D.COR.	10.241.600	8.208.340	2.033.260	10.241.600	40.478.395,89	32.270.035,89	40.478.395,89			
IT TOTAL	966.072.780	437.681.871	528.390.909	966.072.780	487.677.481,20	49.995.612,20	454.736.876,71			

Pessoal e	Juros e Encargos	Outras Despesas	Investimentos	Inversões	Amortização	Total Geral
Encargos Sociais	da Dívida	Correntes		Financeiras	da Dívida	
955.831.180		10.241.600				966.072.780
955.831.180		10.241.600				966.072.780

Confere com o original  
SRE/CTL em 01/11/14  
Ass. [Assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO 4103/2014

Declaramos que despesas com Alteração do valor do Auxílio Transporte do QFEB, estão allcerçadas à conta da Dotação Orçamentária:

Projeto Atividade	Rubrica	Fonte	Valor Anual
4103.12368094.098	33904900	145 FUNDEB e/ou 100 Tesouro Estado	22.755.562,00

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual n.º 17886 de 20/12/2013, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei n.º 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Curitiba, 02 de julho de 2014.

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto  
Diretor Geral

Confere com o original  
SEGICTL. em 11/07/14  
Ass. [Handwritten signature]



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA  
QDD - DIRETA  
COM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO << VLRS. PENDENTES >>

COPOSIC10 pag 1  
Exercício 2014  
02/07/14 09:02:57

Órgão SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
Unidade SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
PROJ/ATIV/OP.ESP. VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ADMINISTRATIVO  
Dotação 4103.12368094.038

Recursos Orçamentários em R\$ 1,00									
Natureza da Despesa	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)-(3)	Empenhado + Mov.Cred. (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 02/07/14 (7)		
TPESSOAL/ENC									
31504300 11001	39.000.000	38.535.634		38.535.634	15.453.229,31	23.082.404,69	12.715.136,00		
31509200 11001		464.366		464.366	0,00	464.366,00	0,00		
31900400 11001	42.335.930	30.820.370		30.820.370	19.485.373,42	11.334.894,58	18.804.634,70		
31900400 11451	98.853.850	21.621.970	77.231.880	98.853.850	33.214.037,00	11.592.067,00	30.658.928,34		
31900500 11001		6.560		6.560	0,00	6.560,00	0,00		
31901100 11001	134.885.890	146.394.800		146.394.800	212.144.825,83	65.750.025,83	200.600.263,43		
31901100 11451	514.479.370	125.310.120	389.169.250	514.479.370	117.715.441,64	7.594.678,36	105.660.407,69		
31901300 11001	13.569.920	13.569.920		13.569.920	10.307.401,16	3.262.518,84	10.263.270,85		
31901600 11001	2.943.560	2.943.560		2.943.560	754.816,34	2.188.743,66	754.816,34		
31901600 11451	6.868.290	4.373.578	2.494.712	6.868.290	3.882.973,92	490.602,08	3.584.283,64		
31909200 11451	2.086.500	5.749	2.080.751	2.086.500	5.748,43	0,57	5.748,43		
31911300 11001	24.920.530	24.920.530		24.920.530	10.735.110,12	14.185.419,88	10.735.110,12		
31911300 11451	75.887.430	20.506.376	55.381.054	75.887.430	23.500.128,14	2.993.752,14	17.475.861,28		
IT PESS.	955.831.180	429.473.531	526.357.649	955.831.180	447.199.087,31	17.725.556,31	414.258.480,82		
IT PESS.	955.831.180	429.473.531	526.357.649	955.831.180	447.199.087,31	17.725.556,31	414.258.480,82		
OUT. D. CORRI									
33900500 11451	33.260	10.000	23.260	33.260	4.082,98	5.917,02	4.082,98		
33900800 11451	54.710	54.710		54.710	42.823,65	11.886,35	42.823,65		
33904600 11001	1.700.000	20.983.917	1.700.000	22.683.917	5.780.743,81	15.203.173,19	5.780.743,81		
33904600 11451					109.798,00	109.798,00	109.798,00		
33904900 11001	500.000	53.568.906	53.068.906	53.568.906	18.166.163,68	35.402.742,32	18.166.163,68		
33904900 11451	7.953.630	16.374.784		16.374.784	16.374.783,77	0,23	16.374.783,77		
IT O.D.COR.	10.241.600	90.992.317	2.033.260	93.025.577	40.478.395,89	50.513.921,11	40.478.395,89		
IT O.D.COR.	10.241.600	90.992.317	2.033.260	93.025.577	40.478.395,89	50.513.921,11	40.478.395,89		
IT	966.072.780	520.465.848	526.390.909	1.048.856.757	487.677.483,20	32.788.364,80	454.736.876,71		
IT OF					0,00	0,00	0,00		
TOTAL	966.072.780	520.465.848	526.390.909	1.048.856.757	487.677.483,20	32.788.364,80	454.736.876,71		

	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total Geral
IT	955.831.180		93.025.577				1.048.856.757
IT OF							
IT	955.831.180		93.025.577				1.048.856.757

Confere com o original  
SÉC/CTL em 02/07/14  
Ass. [Assinatura]

MENSAGEM  
Nº 63/2014

Curitiba, 01 de julho de 2014.

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 12/07/2014

Presidente



Senhor Presidente,



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Dejo a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

O referido artigo 24, atualmente tem a seguinte redação:

*Art. 24. O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a 20 % (vinte por cento) sobre o vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.*

Com a presente proposta, o mesmo dispositivo passará a ter a seguinte redação:

*Art. 24. O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), a partir de outubro de 2014, devendo, a partir desta data, ser corrigido sempre no mesmo percentual e nas mesmas datas que forem concedidos reajustes para os funcionários deste Quadro.*

A proposta de Lei altera o valor do Auxílio Transporte dos servidores do QFEB, a partir de outubro/2014. O pagamento do Auxílio Transporte aos servidores do QFEB está previsto na Lei Complementar nº 123/2008.

O valor atual do Auxílio Transporte pago aos funcionários da Educação Básica é de R\$ 266,21 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos). Com a alteração proposta passará a ser R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos).

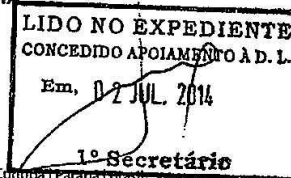
O presente Anteprojeto de Lei atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL



18-01 02/07/2014 08:34:57 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei Complementar 123 - 09 de Setembro de 2008

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 7802 de 9 de Setembro de 2008

**Súmula:** Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta lei complementar institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

**Art. 2º.** Para efeitos desta lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS

**Art. 3º.** O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do funcionário mediante remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado do Paraná, baseado nos seguintes princípios e garantias:

- I - valorização, desenvolvimento e profissionalização dos funcionários da educação básica, reconhecendo a importância da carreira pública e de seus agentes;
- II - promoção da qualidade da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa nela envolvida e seu preparo para o exercício da cidadania;
- III - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;
- IV - gestão democrática do ensino público estadual;
- V - vencimento digno e desenvolvimento na carreira mediante merecimento, formação e qualificação profissional;
- VI - oportunidade de formação e qualificação profissional, através de formação continuada ofertada pela Administração;
- VII - definição de atribuições específicas para o exercício de cada função e qualificação profissional dentro de cada área de atuação.

## CAPÍTULO III DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

**Art. 4º.** Para efeito desta lei entende-se por:

**I - CARGO:** centro unitário e indivisível de competência e atribuições de determinado grau de complexidade e responsabilidade, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

**II - PROVIMENTO:** ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

**III - VENCIMENTO BÁSICO:** retribuição pecuniária pelo exercício de cargo na Rede Estadual de Ensino, correspondente à natureza das atribuições e requisitos de avaliação de desempenho, qualificação profissional e grau de escolaridade;

**IV - REMUNERAÇÃO:** vencimento de cargo na Rede Estadual de Ensino, acrescido dos adicionais e das gratificações estabelecidas em lei;

**V - CARREIRA:** conjunto de classes que define a evolução funcional e remuneratória do funcionário, de acordo com o grau de escolaridade, o desempenho e a qualificação profissional;

**VI - TABELA:** conjunto de matrizes de vencimento referente a cada cargo;

**VII - CLASSE:** divisão da carreira em unidades de avanço funcional;

**VIII - EVOLUÇÃO FUNCIONAL:** desenvolvimento do funcionário na carreira, mediante critérios de progressão e promoção;

**IX - PROGRESSÃO:** passagem de uma classe para outra, mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

**X - PROMOÇÃO:** avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional.

**XI - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:** conhecimento específico que orienta a qualificação profissional, mediante realização de cursos de atualização, profissionalização e capacitação, dentre as atribuições previstas no cargo em que o funcionário ocupa na carreira.

**XII - QUADRO:** conjunto de cargos de provimento efetivo, escalonados em classes.

#### **CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DE CARGOS**

**Art. 5º.** O Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná é integrado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II, conforme descrição de cargos constante dos Anexos I e II, com suas respectivas atribuições.

**Art. 6º.** O Agente Educacional I tem suas atribuições definidas no Anexo I desta lei e poderá realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

**I -** manutenção de infra-estrutura escolar e preservação do meio ambiente;

**II -** alimentação escolar;

**III -** interação com o educando.

**Parágrafo único.** Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo.

**Art. 7º.** O Agente Educacional II tem suas atribuições definidas no Anexo II desta lei e poderá realizar sua qualificação profissional em ou mais das seguintes áreas de concentração:

**I -** administração escolar;

**II -** operação de multimeios escolares.

**Parágrafo único.** Para o ingresso no cargo de Agente Educacional II é exigido ensino médio completo.

**Art. 8º.** O gestor do estabelecimento estimulará a atuação do funcionário em áreas de concentração que atendam à necessidade da educação, valorizando a sua qualificação profissional.

**Art. 9º.** Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são divididos em classes, de acordo com a tabela de vencimentos integrante do Anexo III.

#### **CAPÍTULO V**



**DO PROVIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA****SEÇÃO I  
DO INGRESSO**

**Art. 10.** Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo o ingresso na classe inicial de vencimento do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, atendidos os requisitos de qualificação profissional e habilitação previstos nos artigos 6º e 7º da presente Lei.

**§ 1º.** No edital do concurso referido no *caput* deste artigo, deverá constar o número de vagas a serem providas.

**§ 2º.** As exigências inerentes ao cargo deverão estar satisfeitas e apresentadas até a data da posse, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

**Art. 11.** Em caso de vacância, os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná deverão ser supridos por concurso público.

**Art. 12.** É assegurada a reserva de vagas, conforme estabelecido em lei.

**SEÇÃO II  
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 13.** O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual o Agente Educacional I e o Agente Educacional II são avaliados para atingir a estabilidade no cargo para o qual foram nomeados.

**§ 1º.** Durante o estágio probatório, serão proporcionados meios para a integração e o desenvolvimento das potencialidades do funcionário em relação ao interesse público, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização do Sistema Educacional e da Administração Pública.

**§ 2º.** Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação do Agente Educacional I e do Agente Educacional II em estágio probatório.

**§ 3º.** Em caso de reprovação na avaliação, o funcionário será exonerado, mediante decisão fundamentada, sendo-lhe asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.

**SEÇÃO III  
DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL**

**Art. 14.** A evolução funcional é o desenvolvimento do funcionário na carreira, com avanço nas classes, mediante critérios de progressão e promoção, e está vinculada à qualidade do serviço prestado bem como às melhorias obtidas no ambiente educacional.

**Parágrafo único.** A diferença percentual de vencimentos base entre as classes das carreiras de Agente Educacional I e Agente Educacional II é de 3,8% (três vírgula oito por cento).

**Art. 15.** A progressão na carreira é a passagem de uma classe para outra e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua área de atuação.

**§ 1º.** A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o funcionário tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional, e será feita mediante critérios objetivos, nos termos da regulamentação específica.

**§ 2º.** A qualificação profissional, visando à valorização do funcionário e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de capacitação desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação ou por iniciativa do funcionário, atendendo com prioridade a sua integração, atualização, aperfeiçoamento e profissionalização.

**§ 3º.** A Secretaria de Estado da Educação incentivará os servidores a participarem de processos

de capacitação, ofertados pela administração pública ou iniciativa privada, observada a compatibilidade de horário de trabalho e a área de atuação.



§ 4º. A cada interstício de 02 (dois) anos, o funcionário poderá progredir até 02 (duas) classes, sendo 01 (uma) correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho, e 01 (uma) correspondente à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com carga horária total de no mínimo 40 (quarenta) horas e critérios estabelecidos por meio de resolução.

§ 5º. O funcionário terá direito à progressão na carreira em agosto.

**Art. 16.** A promoção na carreira é o avanço nas classes da carreira mediante grau de escolaridade e formação profissional.

**Art. 17.** O Agente Educacional I poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 7 (sete) classes, se concluir ensino médio;

II - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente.

§ 1º. A promoção do Agente Educacional I ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º. Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário deverá utilizar o critério estabelecido no inciso I e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério estabelecido pelo inciso II deste artigo.

**Art. 18.** O Agente Educacional II poderá avançar na carreira, por promoção:

I - 6 (seis) classes, se concluir curso de formação profissional na Área Profissional 21, consubstanciada em Serviços de Apoio Escolar, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com carga horária mínima de 1.200 horas, nos termos da regulamentação vigente;

II - 5 (cinco) classes, se concluir ensino superior.

§ 1º. A promoção do Agente Educacional II ocorrerá a qualquer tempo, e será efetivada mediante requerimento devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

§ 2º. Será respeitado o interstício de um ano entre as promoções realizadas com base nos critérios estabelecidos pelos incisos I e II deste artigo, sendo que na primeira promoção o funcionário poderá utilizar apenas um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II deste artigo e, na segunda promoção, deverá utilizar o critério não utilizado na primeira promoção.

**Art. 19.** Fica assegurada a participação certificada do funcionário convocado para atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, sem prejuízo funcional e remuneratório.

**Art. 20.** O funcionário terá direito a promoção e progressão na carreira após o cumprimento do estágio probatório e desde que não esteja aposentado, em disponibilidade ou em licença sem vencimentos para trato de interesse particular.

**Art. 21.** Não poderá ser utilizado o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

#### **CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO E DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS**

**Art. 22.** Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Agente Educacional I e Agente Educacional II da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente à classe em que se encontra na carreira, acrescido do adicional

por tempo de serviço e de gratificações previstas em lei.

**Parágrafo único.** Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

**Art. 23.** O funcionário perceberá adicional por tempo de serviço, nos termos da Lei 6.174/1970.

**Art. 24.** O funcionário receberá auxílio transporte correspondente a 20 % (vinte por cento) sobre o vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

**Parágrafo único.** O pagamento do auxílio transporte desobriga a Administração do fornecimento do vale transporte previsto na Lei Federal 7.418/85 e na Lei Estadual 9.490/90.

**Art. 25.** Será devido auxílio alimentação na forma da legislação vigente.

**Art. 26.** Serão concedidas as seguintes gratificações:

**I** - para o funcionário no exercício da função de diretor ou diretor auxiliar de estabelecimento de ensino, nos termos da Lei n.º 14.231/2003, com valor igual ao percebido pelo professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, conforme Lei Complementar n.º 103/2004.

**II** - para o funcionário no exercício da função de secretário de estabelecimento de ensino, devidamente designado por resolução da Secretaria de Estado da Educação, com valor equivalente a 30% (trinta por cento) do vencimento inicial, Classe 1, do cargo de Agente Educacional II.

**III** - para o funcionário que laborar no período noturno, com valor de 20% (vinte por cento) sobre as horas trabalhadas a partir das dezoito horas, considerando-se para o cálculo da gratificação o valor correspondente à Classe em que se encontra na Carreira.

## **CAPÍTULO VII DO REGIME DE TRABALHO E DAS FÉRIAS**

**Art. 27.** A carga horária dos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II será de 40 (quarenta) horas semanais.

**Art. 28.** O Funcionário da Educação Básica fará jus férias anuais, nos termos da Lei nº 6.174/70.

## **CAPÍTULO VIII DA MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES**

**Art. 29.** A movimentação de funcionários entre os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual será feita desde que exista vaga no cargo e na função correspondente atendendo:

**I** - à necessidade da administração;

**II** - ao interesse do funcionário.

## **CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 30.** Ficam criados 20 (vinte) mil cargos de Agente Educacional I e 15 (quinze) mil cargos de Agente Educacional II para compor o Quadro de Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

**Art. 31.** Fica assegurado ao Agente Educacional I e ao Agente Educacional II, em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem.

**Art. 32.** Os funcionários integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, regidos pela Lei nº 13.666/2002, com alterações dadas pela Lei nº 15.044/2006, em exercício na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, que não optarem, no prazo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei, pela sua permanência no QPPE ficam automaticamente enquadrados no presente plano de carreira, da seguinte forma:

**I** - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Apoio ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional I, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base

no QPPE;

**II** - Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Execução ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional II, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base no QPPE.



**§ 1º.** O candidato aprovado no concurso público de Agente de Apoio ou Agente de Execução, nos termos da Lei 13.666/2002, para prestar serviço na Rede Pública Estadual de Educação Básica do Paraná, será investido no cargo de Agente Educacional I ou Agente Educacional II, respectivamente, nos termos desta lei complementar, salvo se optarem, no momento da sua nomeação, pelo provimento no QPPE.

**§ 2º.** O funcionário do QPPE enquadrado neste Plano de Carreira não poderá utilizar, para promoção ou progressão nesta carreira, o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional que já utilizou para avançar nas referências salariais ou nas classes do QPPE.

**Art. 33.** O funcionário que se encontrar, à época da implantação do presente plano de carreira, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta Lei.

## **SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 34.** Participará do primeiro procedimento de progressão e promoção na carreira o funcionário aprovado em concurso público de provas e títulos que estiver em estágio probatório e que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, contratado pela CLT por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaense e pelas Associações de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos e, ainda, os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção ou progressão previstas na presente Lei.

**Art. 35.** O primeiro procedimento de promoção neste Plano de Carreira terá início a partir de 120 (cento e vinte) dias da entrada em vigor desta Lei, não tendo validade os requerimentos protocolados antes desse prazo.

## **SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 36.** O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei.

**Art. 37.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que serão atestadas pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de setembro de 2008.

*Roberto Requão*  
Governador do Estado

*Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde*  
Secretária de Estado da Educação


*Maria Marta Renner Weber Lunardon*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Rafael Iatauro*  
Chefe da Casa Civil



*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

## ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo14087_1881.pdf



© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

CASA CIVIL





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

## **PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2014**

Projeto de Lei Complementar nº 09/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 63/2014

Altera a redação do caput do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

**EMENTA: ALTERAÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE DOS SERVIDORES INTEGRANTES DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. ART. 65, 66, INC. I DA CE. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar o valor do Auxílio Transporte dos servidores do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná - QFEB, a partir de outubro/2014.

O valor atual do Auxílio Transporte pago aos funcionários da Educação Básica é de R\$ 266,21 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos). Com a alteração proposta passará a ser R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos).



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo

A medida atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

#### **Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o art. 124 do Regimento Interno:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

Na mesma linha, sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo

A Constituição Estadual estabelece ainda que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre aumento da remuneração dos servidores públicos, conforme art. 66, I:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**  
**I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, sendo formalmente constitucional.

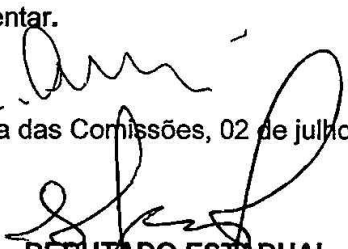
Ademais, materialmente, nenhum dispositivo fere o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE

  
Ademair Araújo  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR

  
  
APROVADO

02/07/14



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar a redação do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008. A proposta altera o valor do auxílio transporte do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

O impacto financeiro e a declaração do ordenador de despesas foram devidamente anexados à proposição. Sendo assim, não há que se falar em desrespeito à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Finanças opina pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Comissão de Educação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 09/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo alterar a redação do caput do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 09 de setembro de 2008.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da proposição, sob a ótica desta Comissão de Educação, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

A proposta de lei altera o valor do Auxílio Transporte dos servidores do QFEB, a partir de outubro/2014. O pagamento do Auxílio Transporte aos servidores do QFEB está previsto na Lei Complementar nº 123/2008.

O valor atual do Auxílio Transporte pago aos funcionários da Educação Básica é de R\$ 266,21 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e um centavos). Com a alteração proposta passará a ser R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos).

A medida atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Comissão de Educação

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR

*Valério  
Resina*

*Juny*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 10/14**

**Súmula:** Concede a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Concede a complementação de, no mínimo, 1/3 (um terço) sobre uma hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência, da Rede Estadual da Educação Básica do Estado do Paraná, a partir de 1º de agosto de 2014, em cumprimento ao previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, com a alteração dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 155, de 8 de maio de 2013.

**Parágrafo único.** A complementação da hora atividade ocorrerá mediante o pagamento da porcentagem sobre uma hora aula, no período de 1º de agosto de 2014 até o dia anterior ao primeiro dia do ano letivo de 2015, na forma do Anexo I.

**Art. 2º** Concede a implementação da hora atividade na razão de, no mínimo, 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, a partir do primeiro dia do ano letivo de 2015, na forma do Anexo II.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nos termos estabelecidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO I - HORA-ATIVIDADE COMPLEMENTAÇÃO AGOSTO DE 2014**

Hora-Aula Regência	Hora-Atividade	Jornada de Trabalho	Complementação da Carga Horária - Agosto de 2014
1	0	1	0,00
2	1	3	0,00
3	2	5	0,00
4	2	6	0,00
5	2	7	0,33
6	3	9	0,00
7	3	10	0,33
8	3	11	0,67
9	4	13	0,33
10	4	14	0,67
11	5	16	0,33
12	5	17	0,67
13	5	18	1,00
14	6	20	0,67
15	6	21	1,00
16	7	23	0,67
17	7	24	1,00
18	7	25	1,33
19	8	27	1,00
20	8	28	1,33
21	9	30	1,00
22	10	32	0,67
23	10	33	1,00
24	10	34	1,33
25	11	36	1,00
26	11	37	1,33
27	12	39	1,00
28	12	40	1,33



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO II - HORA-ATIVIDADE FEVEREIRO DE 2015**

Hora-Aula Regência	Hora-Atividade	Jornada de Trabalho
1	0	1
2	1	3
3	2	5
4	2	6
5	3	8
6	4	10
7	4	11
8	4	12
9	5	14
10	5	15
11	6	17
12	6	18
13	7	20
14	8	22
15	8	23
16	9	25
17	9	26
18	9	27
19	10	29
20	10	30
21	11	32
22	11	33
23	12	35
24	12	36
25	13	38
26	14	40

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GRHS - GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL



ESTIMATIVA DE CUSTO - Auxílio Transporte QFEB - 360,74

1. Composição do Custo:

Escolaridade da Função	Nome da Função	Qtde Hora	Vencimento Básico	Gratificação (1)	Gratificação (2)	Férias (1/12 Avos)	Salário (1/12 Avos)	Encargos (1/12 Avos)	Total	Custo Mensal	Custo Anual
Fundamental/IM édio	Agente Educacional I e II	764.880	19.122		91,54				91,54	1.750.427,88	22.755.562,44
TOTAL		764.880	19.122							1.750.428	22.755.562,44

Obs.: O valor do Auxílio Transporte do Agentes Educacionais I e II, passará de 266,20 para 360,74

(\*) Especificar as Gratificações:

(1) Período Noturno.

Campos do Formulário

Vencimento Básico: Vantagem principal do cargo/função - valor extraído da Tabela de Vencimentos;  
1/3 de Férias: valor correspondente a 1/12 avos sobre a aplicação do percentual de 33,33% sobre a somatória do vencimento básico;  
Encargos: percentual de 21% para o CRES, 11% para QPM e SC02, aplicado sobre o vencimento básico e 13º salário;  
Custa Anual: corresponde a multiplicação do custo mensal por 13.

EGA - 01/07/2014

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 01/02/14  
Ass.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GRHS - GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL



PREVISÃO DE CUSTO AUMENTO DA HORA ATIVIDADE DE 30% PARA 33% ou 35%

Jornada de trabalho professor - 20H

30% H ATIV.		33,33% H ATIV.		35% H ATIV.	
Hora-aula	Hora-atividade	Hora-aula	Hora-atividade	Hora-aula	Hora-atividade
14,0	6,0	13,3	6,7	13,0	7,0

Necessidade de Contratação em Cargos

33%	35%	TOTAL
4.511	2.082	6.593

Valor Mensal 33,33%	Valor Mensal 35%	Valor Mensal 30% para 35%
12.032.027	5.553.243	17.685.271

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 01/03/14  
Ass.



	2014	2015	2014+2015
MÊS	33,33%	35,00%	TOTAL
JANEIRO	-	12.032.027	12.032.027
FEVEREIRO	-	5.553.243	5.553.243
MARÇO	-	5.553.243	5.553.243
ABRIL	-	5.553.243	5.553.243
MAIO	-	5.553.243	5.553.243
JUNHO	-	5.553.243	5.553.243
JULHO	-	5.553.243	5.553.243
AGOSTO	12.032.027	5.553.243	17.585.271
SETEMBRO	12.032.027	5.553.243	17.585.271
OUTUBRO	12.032.027	5.553.243	17.585.271
NOVEMBRO	12.032.027	5.553.243	17.585.271
DEZEMBRO	12.032.027	5.553.243	17.585.271
13º	12.032.027	5.553.243	17.585.271
TOTAL	72.192.164	78.670.948	150.863.112

Confere com o original  
SEEG/CTL, em 01/07/14  
Ass. 97.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA GERAL  
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL



INFORMAÇÃO N.º 5550/2014

ASSUNTO: Complementação da Hora – Atividade a partir de agosto de 2014 e  
Implantação da Hora – Atividade a partir do primeiro dia letivo de 2015

INTERESSADO: GRHS

PROTOCOLO N.º: 13.245.667-4

VALOR 2014: R\$ 72.192.164,00 (setenta e dois milhões, cento e noventa e dois mil, cento e sessenta e quatro reais)

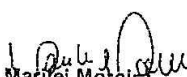
VALOR 2015: R\$ 78.670.948,00 (setenta e oito milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e quarenta e oito reais)


As despesas com Complementação da Hora – Atividade a partir de agosto de 2014 e Implantação da Hora – Atividade a partir do primeiro dia letivo de 2015, estão alicerçadas à conta da Dotação Orçamentária 4103.12368094.097 – Valorização da Educação Básica – Magistério, Fonte de Recursos 100 – Tesouro do Estado e / ou 145 / FUNDEB.

Dentro dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual n.º 17886 de 20/12/2013, e no Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei n.º 17.013 serão necessários suplementação orçamentária para atendimento da despesa solicitada, no valor de R\$ 709.275.198,14 (setecentos e nove milhões, duzentos e setenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e quatorze centavos).

As despesas para o próximo exercício serão previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, no ato de sua elaboração.

Curitiba, 02/07/2014.

  
Marlei Moreira  
Chefe do GOS/SEED

Confere com o original  
SAC/CTI, em 02/07/14  
Ass. 

CGO3K13 Pág  
Exercício 2014  
02/07/14 09:02:39

DIRETORIA LEGISLATIVA  
 Pág. 098

CLAS. PENDIENTES 22

.....

[illegible]

	Personal e Encargos sociais	Juros e Encargos da dívida	Outras despesas Correntes	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da dívida	Total Geral
Y	3.623.527.470		518.978.917				4.142.506.387
OF							
T1	3.623.527.473		518.978.917				4.142.506.390

Confere com o original  
SEET/CTL em 21/7/4

Ass. \_\_\_\_\_



PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO


DECLARAÇÃO 4103/2014

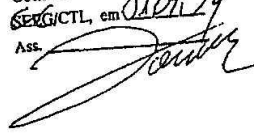
Declaramos que despesas com Complementação da Hora – Atividade a partir de agosto de 2014 e Implantação da Hora – Atividade a partir do primeiro dia letivo de 2015, no valor de 2014: R\$ 72.192.164,00 (setenta e dois milhões, cento e noventa e dois mil, cento e sessenta e quatro reais) para 2014 e o valor de R\$ 78.670.948,00 (setenta e oito milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e quarenta e oito reais) para 2015, estão alicerçadas à conta da Dotação Orçamentária 4103.12368094.097 - Valorização da Educação Básica – Magistério, Fonte de Recursos 100 – Tesouro do Estado e / ou 145 / FUNDEB.

Dentro dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual n.º 17886 de 20/12/2013, e no Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei n.º 17.013 serão necessários suplementação orçamentária para atendimento da despesa solicitada, no valor de R\$ 709.275.198,14 (setecentos e nove milhões, duzentos e setenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e quatorze centavos).

As despesas para o próximo exercício serão previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, no ato de sua elaboração.

Curitiba, 02 de julho de 2014.

  
Edmundo Rodrigues da Veiga Neto  
Diretor Geral

Confere com o original  
SERGIU/CTL, em 02/07/14  
Ass. 

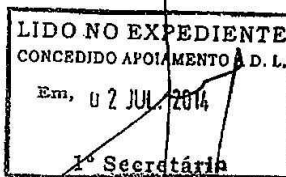


MENSAGEM  
Nº 64 /2014

Curitiba, 01 de julho de 2014.



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, 12/07/2014



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que objetiva conceder a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

A medida concede a implementação de, no mínimo, 1/3 (um terço) sobre uma hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência, da Rede Estadual da Educação Básica do Estado do Paraná, em cumprimento ao previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 103/2004, com a alteração dada pelo 1º da Lei Complementar nº 155/2013.

O presente Anteprojeto de Lei atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei Complementar 103 - 15 de Março de 2004

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6687 de 15 de Março de 2004

(vide Lei Complementar 130 de 14/07/2010)

**Súmula:** Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da legislação vigente.

**Art. 2º.** Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica, nos termos da Lei Complementar nº. 7, de 22 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná.

## CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS

**Art. 3º.** O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do Professor através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado, baseado nos seguintes princípios e garantias:

- I** - reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;
- II** - profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;
- III** - formação continuada dos professores;
- IV** - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;
- V** - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;
- VI** - gestão democrática do ensino público estadual;
- VII** - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;
- VIII** - avanço na carreira, através da promoção nos níveis e da progressão nas classes;
- IX** - gestão democrática das escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade escolar para a designação dos diretores de escolas nos termos da lei;
- X** - existência dos Conselhos Escolares em todas as escolas da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná;

XI - período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, a estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

### CAPÍTULO III DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS



Art. 4º. Para efeito desta Lei entende-se por:

**I - CARGO:** centro unitário e indivisível de competência e atribuições, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

**II - CARREIRA:** conjunto de Níveis e Classes que definem a evolução funcional e remuneratória do Professor, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

**III - NÍVEL:** divisão da Carreira segundo o grau de escolaridade, Titulação ou Certificação no Programa de Desenvolvimento Educacional;

**IV - CLASSE:** divisão de cada Nível em unidades de progressão funcional;

**V - PROFESSOR:** servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas;

**VI - DOCÊNCIA:** atividade de ensino desenvolvida pelo Professor, direcionada ao aprendizado do aluno e consubstanciada na regência de classe;

**VII - HORA-AULA:** tempo reservado à regência de classe, com a participação efetiva do aluno, realizado em sala de aula ou em outros locais adequados ao processo ensino-aprendizagem;

**VIII - HORA-ATIVIDADE:** tempo reservado ao Professor em exercício de docência para estudos, avaliação e planejamento, realizado preferencialmente de forma coletiva.

### CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art. 5º. A Carreira de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é integrada pelo cargo único de provimento efetivo de Professor e estruturada em 06 (seis) Níveis, cada um deles composto por 11 (onze) Classes, conforme detalhado no Anexo I - Tabela de Vencimentos, da presente Lei.

§ 1º. Para o exercício do cargo de Professor é exigida a habilitação específica para atuação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, obtida em curso de licenciatura, de graduação plena.

§ 2º. Para o exercício do cargo de Professor nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e na Educação Infantil é admitida a formação de professor em nível médio.

§ 3º. Para o exercício do cargo de Professor na Educação Profissional, durante o estágio probatório, é admitida a formação específica referente ao curso, condicionando-se a sua efetivação no cargo à realização de complementação pedagógica para obtenção de licenciatura plena.

§ 4º. Para o exercício do cargo de Professor nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional é exigida graduação em Pedagogia.

§ 5º. A todos os ocupantes do cargo de Professor é assegurado o direito de exercer as funções de direção escolar, nos termos da lei.

Art. 6º. A Tabela de Vencimentos do Professor é composta por 06 (seis) Níveis denominados Especial I, Especial II, Especial III, Nível I, Nível II e Nível III, aos quais estão associados critérios de Titulação ou Certificação, conforme previsto nesta Lei.

§ 1º. Os valores dos vencimentos dos Níveis Especial III, Especial II e Especial I correspondem a 85% (oitenta e cinco por cento), 75% (setenta e cinco por cento) e 70% (setenta por cento), respectivamente, do valor do vencimento do Nível I, tomado como referência para o presente Plano de Carreira.



§ 2º. O valor do vencimento do Nível II corresponde ao valor do vencimento do Nível I acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º. O valor do vencimento do Nível III, Classe 1, corresponde ao valor do vencimento do Nível II, Classe 11, acrescido de 5% (cinco por cento).

§ 4º. Cada um dos Níveis descritos no *caput* deste artigo é composto por 11 (onze) Classes designadas pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, associadas a critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 5º. Em um mesmo Nível haverá uma diferença percentual de 5% (cinco por cento) entre uma Classe e outra, de modo que a Classe 2 de cada Nível corresponda ao valor da Classe 1 acrescido de 5% (cinco por cento), e assim sucessivamente até a Classe 11, que corresponde ao valor da Classe 10 acrescido de 5% (cinco por cento).

## **CAPÍTULO V**

### **DO PROVIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO INGRESSO**

**Art. 7º.** O cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, com descrição estabelecida no Anexo II - Descrição de Cargo, da presente Lei, é acessível aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, com o ingresso no Nível I, Classe 1, da Carreira, mediante concurso público de provas e títulos.

§ 1º. O exercício profissional do titular do cargo de provimento efetivo de Professor será vinculado à área de conhecimento para a qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, em caráter excepcional, quando habilitado para o magistério em outra área de conhecimento e indispensável para o atendimento de necessidade de serviço.

§ 2º. As exigências referidas neste artigo deverão estar satisfeitas e apresentadas pelos aprovados no concurso público, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da sua inscrição.

**Art. 8º.** Em caso de vacância, os cargos de Professor deverão ser supridos por concurso público que terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

**Art. 9º.** É assegurada aos candidatos com deficiência a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de Professor com atribuições compatíveis à deficiência.

#### **SEÇÃO II**

#### **DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 10.** O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, a contar da data do seu início, durante o qual o Professor é avaliado para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado.

§ 1º. Durante o estágio probatório aos Professores serão proporcionados meios para sua integração e desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§ 2º. Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação de desempenho dos professores em estágio probatório.

§ 3º. Em caso de reprovação na avaliação, o professor será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa.

#### **SEÇÃO III**

#### **DA PROMOÇÃO E PROGRESSÃO NA CARREIRA**

**Art. 11.** A promoção na Carreira é a passagem de um Nível para outro, mediante Titulação acadêmica na área da educação, nos termos de resolução específica, ou Certificação obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta Lei, com critérios e formas a serem definidos por lei.

I - Os Níveis Especial I, Especial II e Especial III ficam reservados aos profissionais referidos no artigo 5º., § 2º., desta Lei, que possuam formação em Nível Médio, Licenciatura Curta e Licenciatura Curta com estudos adicionais, respectivamente;

II - Será promovido para o Nível I, na mesma Classe em que se encontra na Carreira, o Professor de Nível Especial que obtiver Licenciatura Plena;

III - Será promovido para o Nível II, na mesma Classe em que se encontra na Carreira, o Professor com Licenciatura Plena que obtiver pós-graduação com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, na área da educação, com critérios definidos pela Secretaria de Estado da Educação;



IV - Será promovido para o Nível III, Classe 1, o Professor que estiver no Nível II, Classe 11, e que obtiver Certificação por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, nos termos da lei, para a qual será aproveitada a Titulação obtida em curso de pós-graduação como critério total ou parcial para obtenção da Certificação.

§ 1º. Entende-se por Titulação a Habilitação, a Licenciatura Plena, a Especialização, o Mestrado e o Doutorado, obtidos em curso autorizado e reconhecido pelos órgãos competentes, ou, quando realizados no exterior, devidamente validado por instituição brasileira pública, competente para este fim.

§ 2º. Entende-se por Certificação aquela obtida por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, previsto nesta Lei, para fins de promoção na Carreira.

§ 3º. As promoções previstas nos incisos I, II e III deste artigo ocorrerão a qualquer tempo, e serão efetivadas mediante requerimento do Professor, devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

~~§ 4º. A promoção prevista no inciso III ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da Certificação.~~

~~§ 4º. A promoção prevista no inciso IV ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da Certificação no PDE.  
(Redação dada pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004) (Revogado pela Lei Complementar 130 de 14/07/2010)~~

§ 5º. A Secretaria de Estado da Educação garantirá ao Professor que ingressar no Nível III a oportunidade de, em 15 (quinze) anos, alcançar a última Classe da Carreira.

§ 6º. Não poderá ser promovido o Professor em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.  
(Incluído pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

§ 7º. Fica excluído da proibição estabelecida no parágrafo anterior, podendo participar dos processos de promoção e progressão, o professor em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, com aulas extraordinárias, não incluídas em cálculo de proventos de aposentadoria de outro cargo, ou contratado pela CLT, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação, desde que somado todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data da sua promoção.  
(Incluído pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

Art. 12. Fica assegurada ao Professor, quando inscrito em Programa de Complementação de Formação para obtenção de Licenciatura Plena, a compatibilização do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório, na área de educação, com o seu horário de trabalho.

**Parágrafo único.** Havendo incompatibilidade do horário de estágio curricular supervisionado obrigatório com o seu horário de trabalho, fica assegurado o afastamento do Professor de suas atribuições, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens de caráter permanente.

Art. 13. Fica assegurado período de afastamento para conclusão dos trabalhos para obtenção de Certificação/Titulação, sem prejuízo funcional e remuneratório, com regulamentação a ser estabelecida em Resolução.

Art. 14. A progressão na Carreira é a passagem do Professor de uma Classe para outra, dentro do mesmo Nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, com normas disciplinadas mediante lei, e participação em atividades de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação Básica, bem como à formação do Professor e à área de atuação, nos termos de resolução específica.



§ 1º. A primeira progressão ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório.

§ 2º. A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o professor tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

§ 3º. A cada interstício de 02 (dois) anos ficam computados até 15 (quinze) pontos para avaliação de desempenho e até 30 (trinta) pontos para atividades de formação e/ou qualificação profissional.

§ 4º. A cada 15 (quinze) pontos acumulados, na forma do parágrafo anterior, o Professor terá garantida a progressão equivalente a (01) uma Classe, podendo avançar até 03 (três) Classes na Carreira, por interstício de 02 (dois) anos.

~~§ 5º. Os pontos não utilizados em determinada progressão serão aproveitados na progressão subsequente, excetuando-se aqueles obtidos em decorrência da avaliação de desempenho.~~  
(Revogado pela Lei Complementar 130 de 14/07/2010)

§ 6º. Fica estabelecida a data de 1º de outubro para a primeira progressão na Carreira.

Art. 15. A Secretaria de Estado da Educação garantirá os meios para progressão do Professor.

Art. 16. Não poderá ser utilizada a mesma Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na Carreira, seja por promoção ou progressão.

§ 1º. O professor detentor de dois cargos poderá usar a nova Certificação, Titulação ou comprovante de realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional em ambos os cargos.

§ 2º. O Professor detentor dos títulos de mestre ou doutor poderá utilizá-los tanto para promoção ao Nível II como para o Nível III, nos termos da presente Lei.

#### **CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Art. 17. A qualificação profissional, visando à valorização do Professor e à melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de qualificação profissional da Secretaria de Estado da Educação ou por solicitação dos Professores, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.

**Parágrafo único.** Ao Professor em estágio probatório fica garantido o desenvolvimento de atividades de integração, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização dos Sistemas Educacionais e da Administração Pública.

Art. 18. O Professor que comprovar a realização de atividades de formação e/ou qualificação profissional terá direito à progressão na Carreira, nos termos do artigo 14 desta Lei.

Art. 19. Fica assegurada a participação certificada do Professor convocado para atividades de formação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação sem prejuízo funcional e remuneratório.

#### **CAPÍTULO VII DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**

Art. 20. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, destinado ao Professor, com objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e sócio-culturais da Comunidade Escolar.

§ 1º. O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE será disciplinado mediante lei, que considere a experiência profissional do Professor e os resultados dela obtidos em benefício da educação, e terá início dentro do prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da promulgação desta Lei.

§ 2º. Enquanto não for aprovada a lei que disciplinará o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, este poderá ser implantado por Decreto.

§ 3º. Se o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE não for implantado no prazo estabelecido no parágrafo primeiro, o Professor que, contados 2 (dois) anos a partir da promulgação desta Lei, estiver no Nível II, Classe 11, e obtiver curso de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado ou doutorado, relacionado à área da educação, será automaticamente promovido para o Nível III, Classe 1, e terá progressão no Nível III a cada interstício de 3 (três) anos, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.



~~Art. 21. O Professor que obtiver Certificação em decorrência da participação no Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE terá direito à promoção para o Nível III, Classe 1, da Carreira e progressão nos termos da lei específica.~~  
(Revogado pela Lei Complementar 130 de 14/07/2010)

## CAPÍTULO VIII DA REMUNERAÇÃO SEÇÃO I DO PLANO DE VENCIMENTOS

Art. 22. Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, acrescido das gratificações previstas nesta Lei.

§ 1º. Integram o vencimento o adicional por tempo de serviço e os valores percebidos pelo Professor em decorrência de aulas ou serviços extraordinários, conforme estabelecido nesta Lei.

§ 2º. Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

§ 3º. Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, no que se refere às gratificações, aulas e serviços extraordinários, será considerada a média das contribuições.

Art. 23. O Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná perceberá seu vencimento de acordo com o Anexo I - Tabela de Vencimentos, desta Lei.

Art. 24. Os proventos dos Professores Aposentados serão revistos na mesma proporção e data sempre que se modificar a remuneração dos Professores em atividade, sendo também estendidos aos Aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos Professores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

## SEÇÃO II DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 25. O Professor perceberá adicional por tempo de serviço, equivalente a um aumento periódico consecutivo, calculado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 05 (cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 10 (dez) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

III - 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 15 (quinze) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 20 (vinte) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

V - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

VI - 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 31 (trinta e um) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;



VII - 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 32 (trinta e dois) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

VIII - 40% (quarenta por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 33 (trinta e três) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

IX - 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 34 (trinta e quatro) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná;

X - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** Os adicionais previstos nos incisos VI, VII, VIII, IX e X deste artigo serão percebidos pela Professora a partir de 25 (vinte e cinco) anos de serviço público efetivo, em exercício, prestado ao Estado do Paraná, por ano excedente.

### SEÇÃO III DO AUXÍLIO TRANSPORTE

**Art. 26.** Os Professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas receberão auxílio transporte correspondente no mínimo a 24% (vinte e quatro por cento) sobre o vencimento do Nível I, Classe 5, da Carreira, com incidência para todos os efeitos legais, proporcional à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.  
(vide Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

§ 1º. O percentual estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser ajustado mediante Decreto.

§ 2º. O aumento da carga horária do Professor implicará o correspondente pagamento de auxílio transporte, na mesma proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

### SEÇÃO IV DAS GRATIFICAÇÕES

**Art. 27.** Serão concedidas gratificações proporcionais à jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - Gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao Professor, segundo a carga horária, para o exercício no período noturno, compreendido a partir das 18 (dezoito) horas;

II - Gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira, ao Professor com habilitação específica na área de Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.  
(vide Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

III - Gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento inicial da Carreira do Professor, correspondente ao Nível I, Classe 1, para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino.

**Parágrafo único.** O Professor em exercício da função de Diretor Auxiliar de Estabelecimento de Ensino perceberá gratificação equivalente a 90% (noventa por cento) da gratificação percebida pelo Professor em exercício da função de Diretor.

**Art. 28.** As gratificações previstas nesta Lei poderão ser percebidas de forma cumulativa, exceto a gratificação prevista no inciso II do art. anterior, a qual não poderá ser percebida cumulativamente com as demais gratificações.

### CAPÍTULO IX DO REGIME DE TRABALHO E DAS FÉRIAS

**Art. 29.** O regime de trabalho do Professor será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, por cargo.



§ 1º. O regime de trabalho do Professor que ministrar aulas nas disciplinas de ensino profissional poderá ser de 10 (dez) horas semanais, com vencimento equivalente à metade do vencimento do Professor com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º. Poderá haver alteração de regime de trabalho de 10 (dez) para 20 (vinte) e de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, por cargo, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, ou o inverso, por acordo que contemple o interesse da Educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a opção do Professor, mediante adequação proporcional de seu vencimento à carga horária trabalhada.

§ 3º. O professor com regime de trabalho de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais poderá prestar serviço ou ministrar aula extraordinária, até o limite máximo de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo, para tanto, remuneração proporcional à carga horária trabalhada, sobre o valor correspondente ao Nível e à Classe em que se encontra na Carreira.

Art. 30. A hora-aula do Professor em exercício de docência será de até cinquenta minutos, assegurado ao aluno o mínimo de oitocentas horas anuais, nos termos da lei.

~~Art. 31. É garantida a hora-atividade para o Professor em exercício de docência, correspondente a 20% (vinte por cento) da carga horária do seu regime de trabalho.~~

Art. 31. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. (Redação dada pela Lei Complementar 155 de 08/05/2013)

Parágrafo único. A hora-atividade deverá ser cumprida na escola, podendo ser cumprida fora da escola, excepcionalmente, em atividades autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvidas no interesse da educação pública.

Art. 32. As férias do Professor serão de 30 (trinta) dias consecutivos, segundo o calendário escolar elaborado de acordo com as normas previstas em lei.

Parágrafo único. Os Professores em exercício nos Estabelecimentos de Ensino terão direito, além das férias previstas no caput deste artigo, a um recesso remunerado de 30 (trinta) dias, condicionado ao cumprimento do calendário escolar, composto de 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias destinados a atividades de formação continuada.

## CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Os cargos de Professor e Especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de Professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 34. Ficam criados mais 24 (vinte e quatro) mil cargos de Professor para compor a Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a serem oportunamente preenchidos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 35. Será constituída comissão pelos Secretários de Estado da Educação e da Administração e Previdência para proceder e acompanhar o processo de enquadramento.

Parágrafo único. O servidor que se sentir prejudicado poderá requerer reavaliação à comissão que, no caso de indeferimento, remeterá ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, em grau de recurso.

Art. 36. Os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério Público Estadual, regidos pela Lei Complementar nº. 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, no Nível correspondente à sua titulação, da seguinte forma:

I - Ficam enquadrados no Nível Especial I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PC3, do Quadro Próprio do Magistério;

II - Ficam enquadrados no Nível Especial II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PD4, do Quadro Próprio do Magistério;



III - Ficam enquadrados no Nível Especial III os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PES, do Quadro Próprio do Magistério;

IV - Ficam enquadrados no Nível I os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PF6, do Quadro Próprio do Magistério;

V - Ficam enquadrados no Nível II os atuais ocupantes de cargo de professor e especialista de educação - PG7, do Quadro Próprio do Magistério.

~~Parágrafo único. O enquadramento do Professor nas respectivas Classes em que se encontram será feito na forma do Anexo III - Tabela de Enquadramento, desta Lei.~~

§ 1º. O enquadramento do Professor nas respectivas Classes em que se encontram será feito na forma do Anexo III - Tabela de Enquadramento, desta Lei.  
(Renumerado pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

§ 2º. Os professores com regime de trabalho de 30 horas semanais serão enquadrados na tabela de 20 horas, percebendo vencimentos proporcionais àquela jornada, podendo optar por alteração de regime de trabalho, nos termos do artigo 29.  
(Incluído pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004)

Art. 37. Os Professores e Especialistas de Educação Aposentados oriundos do Quadro Próprio do Magistério ficam igualmente enquadrados no presente Plano de Carreira, na matriz de vencimentos que corresponda à sua habilitação/titulação obtida anteriormente à sua aposentadoria, na Classe em que se encontrava quando a obteve.

Art. 38. Aos Professores amparados pela Lei nº. 10.219/92 e aos pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, uma vez atendidos os requisitos da Lei Complementar nº. 75/95, fica assegurado o enquadramento no presente Plano de Carreira, nos termos da lei.

Art. 39. Ficam considerados em extinção, permanecendo com as mesmas nomenclaturas, os cargos de Orientador Educacional, Supervisor Educacional, Administrador Escolar na medida em que vagarem, assegurando-se tratamento igual ao que é oferecido ao Professor, inclusive o direito ao desenvolvimento na carreira, para aqueles que se encontram em exercício.

Art. 40. Os Professores e Especialistas de Educação que se encontrarem, à época de implantação do presente Plano de Carreira do Professor, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, serão enquadrados por ocasião da reassunção, nos termos desta Lei.

Art. 41. O enquadramento não ensejará redução de vencimentos.

Art. 42. Ao ocupante do cargo de Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é assegurada, nos termos da Constituição Federal, a liberdade de associação sindical, com os direitos e garantias a ela inerentes.

Art. 43. Fica assegurado ao Professor em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe o direito de promoção e progressão na Carreira, e retorno à lotação de origem.

## SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

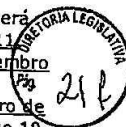
Art. 44. Para garantir os direitos previstos nesta Lei, cuja eficácia dependa de regulamentação ou de disciplina legal, aplicam-se as normas regulamentares vigentes.

Art. 45. Para efeitos de promoção e progressão na Carreira, ficam resguardadas as situações contempladas pela Lei Complementar nº. 100/2003.

## SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 71, 72, 76, da Lei Complementar nº. 7, de 22 de dezembro de 1976, o Lei Complementar nº. 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º, da Lei Complementar nº. 16, de 8 de julho de 1982, o Lei Complementar nº. 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º, da Lei Complementar nº. 33, de 11 de dezembro de 1986, e o caput do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 34, de 11 de dezembro de 1986.

Art. 46. O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 71, 72, 75, 76, da Lei Complementar nº. 07, de 22 de dezembro de 1976, a Lei Complementar nº. 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º. da Lei Complementar nº. 16, de 08 de julho de 1982, a Lei Complementar nº. 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º. da Lei Complementar nº. 33, de 11 de dezembro de 1986, o caput do artigo 1º. da Lei Complementar nº. 34, de 11 de dezembro de 1986; a Lei nº. 10.051, de 16 de julho de 1992, o art. 6º. da Lei Complementar nº. 75, de 11 de janeiro de 1995, a Lei nº. 14.070, de 04 de julho de 2003 e a Lei Complementar nº. 101, de 14 de julho de 2003. (Redação dada pela Lei Complementar 106 de 22/12/2004)



Art. 47. ...Vetado...

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15 de março de 2004.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Mauricio Requião de Mello e Silva  
Secretário de Estado da Educação

Reinhold Stephanes  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Caio Quintana  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo7470_1767.pdf
	anexo7470_1768.pdf
	anexo7470_1769.pdf

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei Complementar 155 - 08 de Maio de 2013

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 8953 de 8 de Maio de 2013

**Súmula:** Dá nova redação ao caput do art. 31 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O caput do art. 31 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos."

**Art. 2º.** A implementação das alterações decorrentes da aplicação desta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao atendimento dos limites para com as despesas de pessoal, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, não gerando qualquer efeito retroativo.

**Art. 3º.** Esta Lei Complementar passa a vigorar na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 08 de maio de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Flávio Arns*  
Secretário de Estado da Educação

*Dinorah Botto Portugal Noga*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo

-----  
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

## **PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2014**

Projeto de Lei Complementar nº 10/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 64/2014

Concede a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

**EMENTA: COMPLEMENTAÇÃO DE HORA  
ATIVIDADE. ART. 65, 66, INC. I E II DA CE.  
COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO.  
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.  
PARECER FAVORÁVEL.**

### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo conceder a implementação de, no mínimo, 1/3 (um terço) sobre uma hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência.

A medida atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o art. 124 do Regimento Interno:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

Na mesma linha, sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

A Constituição Estadual estabelece ainda que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre servidores públicos e o aumento da sua remuneração, conforme art. 66, I e II:



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, sendo formalmente constitucional.

Ademais, materialmente, nenhum dispositivo fere o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE

  
Ademair Fraione  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR

  
  
  
APROVADO

02107114



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Comissão de Finanças*

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo complementar a hora atividade dos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

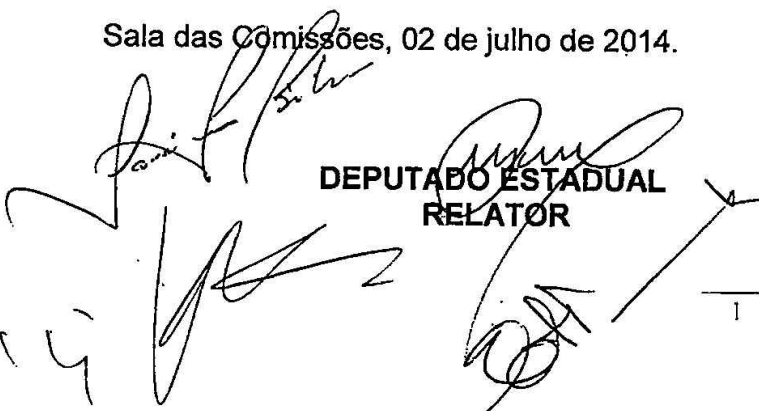
A estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias foram devidamente anexados à proposição. Sendo assim, foram cumpridas as determinações do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão de Finanças opina pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
**DEPUTADO ESTADUAL**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ESTADUAL**  
**RELATOR**

2014





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Comissão de Educação

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2014**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo complementar a hora atividade dos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da proposição, sob a ótica desta Comissão de Educação, cumprindo as obrigações impostas pelo Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

O Projeto de Lei Complementar concede a implementação de, no mínimo, 1/3 (um terço) sobre uma hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência.

A medida atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2014.

  
DEPUTADO ESTADUAL  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ESTADUAL  
RELATOR